



[domingo, 15]

1. **“Ganhámos direito a ser protagonistas na reforma da união monetária”** – Augusto Santos Silva. O ministro dos Negócios Estrangeiros afirma que “não há nenhuma obsessão pelo défice” no executivo e que Mário Centeno não está isolado: “É uma posição de todo o Governo e do PS”. A presidência do Eurogrupo é uma oportunidade para mudar as regras da zona euro e completar a união monetária, tendo como referência as políticas não austeritárias seguidas em Portugal. Palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros e número dois do Governo, Augusto Santos Silva, a propósito do lançamento do seu livro Argumentos Necessários. Contributos para a Política Europeia e Externa de Portugal (Tinta da China, Abril de 2018). Entrevista. (págs. 12 e 13)

Diário de Notícias [domingo, 15]

2. **Co-living: quando partilhar uma casa com estranhos passa a fazer todo o sentido.** São jovens profissionais, trabalhadores expatriados ou estudantes que em vez de procurarem colegas para partilhar uma casa em zonas apetecíveis, onde a oferta é pouca e os preços muito altos, recorrem a empresas que já oferecem prédios ou vivendas com áreas comuns, e um preço baixo com tudo incluído. É o futuro do setor imobiliário? Há quem diga que sim. Em Lisboa, este conceito começa agora a desenvolver-se. (...) " A JLL destaca que o programa Startup Visa está a trazer muitos estrangeiros que procuram este tipo de soluções e que a tendência é para que o mercado se desenvolva "apenas nas grandes cidades como Lisboa, Porto ou Coimbra, onde estão estas comunidades".(...) Maior empresa de co-living quer Lisboa. A alemã Medici Living, que está neste mercado há cinco anos, é uma das que estão a fazer prospeção em Lisboa. ... "Acabámos de começar a falar de Lisboa, está na nossa lista de expansão europeia." É possível que tal investimento venha a acontecer já neste ano, indica [Bosko Todorovic, responsável global de marketing do grupo]. (págs. 12 e 13)

o seu evento
O NOSSO STAFF
Promotores e Hospedeiras



Diário de Notícias [sábado, 14]

- Toworkfor cria sapatos sem costuras e de fabrico 100% automatizado.** Inovação permite concorrer em pé de igualdade com a Ásia. “A simplificação do processo torna economicamente viável” ter 100% da produção na Europa. A AMF Shoes, detentora da Toworkfor, quer aceder à “primeira liga” da produção mundial de calçado, aliando customização a fabrico totalmente automatizado. (...) Hoje são 140 trabalhadores e 11,7 milhões de euros de vendas. Produz mais de quatro mil pares por dia, que vende para 25 mercados, nos cinco continentes, com as exportações a pesarem 85%. A marca própria vale 47%. Esta é uma indústria de mão-de-obra intensiva, dando cartas num mercado onde a Ásia é responsável por 87% da produção mundial. Panorama que a empresa de Felgueiras pretende mudar, com a sua linha Infinity, um sapato sem costura, colado por processo de injeção, produzido sem intervenção humana, mas com materiais tradicionais, como o couro. (...) O investimento associado não está, por isso, totalmente contabilizado, mas será, no mínimo, de seis milhões de euros. Que irá submeter ao FOOTure, o plano de apoio à Indústria 4.0 do calçado. (suplemento Dinheiro Vivo, pág. 17)
- Talkdesk. As reuniões já se fazem no corredor mas querem contratar mais cem pessoas.** Tecnológica portuguesa contrata nas universidades e quer personalizar mais o atendimento aos clientes. No escritório da Talkdesk em Lisboa, nas Amoreiras, as reuniões já têm de ser feitas no meio dos corredores porque já não há espaço disponível para os 180 trabalhadores. Mas a startup, que ajuda as empresas a personalizar o atendimento telefónico aos clientes, vai continuar a crescer em funcionários e em espaço. A Talkdesk vai reforçar-se este ano com mais de 100 pessoas em Portugal, que serão contratadas junto das universidades e de candidaturas espontâneas. (...) Este ano, gostaríamos de duplicar de novo a equipa de engenharia, que vai passar a ter um total de 240 funcionários. A ideia é chegar ao final do ano, ao todo com mais de 300 pessoas, em Lisboa e no Porto.” (suplemento Dinheiro Vivo, pág. 29)

5. **Bruxelas dá 2,1 mil milhões a startups.** O VentureEU é o novo programa da Comissão Europeia e do Fundo Europeu de Investimento para estimular as startups europeias. Deverá mobilizar 2,1 mil milhões de euros em financiamento público e privado nos próximos anos e ajudar a reforçar a competição com os Estados Unidos. (suplemento Dinheiro Vivo, pág. 28)

6. Opinião. **Ricardo Reis**, professor de Economia na London School of Economics. **Resolver o problema do turismo.** De acordo com um relatório do Instituto do Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, Lisboa foi visitada por 9 turistas por cada residente, enquanto que o rácio foi de 8 no Porto. Em comparação, em Barcelona que tem adotado medidas anti-turistas, são 5 turistas por residente. Em Londres, são só 4. Há quem olhe para estes números e veja a confirmação do descalabro que hoje expulsa os residentes dos centros da cidade. Outros notam que o turismo salvou o emprego de milhares de pessoas durante a crise e permitiu tornar rentável a restauração de edifícios que estava adiada há décadas. (...) Mas há uma solução intermédia que agradaria a todos, mas que é menos óbvia: incentivar as exportações. Portugal tem uma grande dívida externa, pelo que na próxima década (ou mais) vamos ter de certeza que exportar tanto ou mais do que importamos. O turismo é, neste momento, uma das nossas grandes indústrias exportadoras. Proibi-lo ou desencorajá-lo irá implicar menos exportações. Isto tem de vir com menos importações, e mais pobreza para todo o país. (...) Para este ciclo virtuoso não é preciso que todos os portugueses trabalhem em indústrias de ponta, ou que todos tenham muitas qualificações. Basta que uma minoria significativa seja assim para levantar a maré que faz subir os barcos de todos. (...) Em vez de proibir ou encolher os ombros, quem se preocupa com os efeitos do turismo, tem como alternativa intervir nos debates económicos. (suplemento Dinheiro Vivo, pág. 2)

7. Opinião. **João César das Neves.** **O mundo presta.** "O mundo não presta, queremos outro." Esta é a posição de base da maioria dos comentadores. Artigos, discursos, programas eleitorais, conversas de café partem em geral desta hipótese radical, mesmo quando a não explicitam. A democracia não funciona, dêem-nos uma nova; o capitalismo é injusto, façam diferente; o país não melhora, mudem o sistema; os políticos e os empresários são incapazes, troquem-nos; o mundo não presta,

o seu evento
O NOSSO STAFF
Promotores e Hospedeiras



queremos outro. A maioria das pessoas que dizem isto são boas e respeitáveis, e dizem-no por excelentes razões, válidas e compreensíveis. Quem não conhece os terríveis problemas que nos rodeiam? (...) Há muitas maneiras de mudar o mundo, mas só uma de o melhorar, e essa exige amá-lo. (...) O capitalismo, tão injusto, alimenta quotidianamente a todos, ricos e pobres; o país tão medíocre é aquele que construímos, e os políticos e empresários incapazes são aqueles que evitam o caos. Se o mundo fosse melhor, seríamos diferentes do que somos, mas aquilo que conseguimos ser devemo-lo àquilo que ele é. (pág. 53)



[sábado, 14]

- 8. Programa de Estabilidade. Investimento com mais 74 milhões.** O documento entregue na AR promete um crescimento do investimento público sustentado até 2020, que este ano deve ter um aumento nominal de 32%, “incluindo um melhor e mais eficiente aproveitamento dos fundos europeus através do Portugal 2020”. Mas comparando este documento com os anteriores o que se vê é um reforço de 74 milhões de euros, o que corresponde a 0,04% do PIB. A proposta entregue por Centeno inclui uma lista de investimento públicos com 25 entradas, mas todas elas já haviam sido anunciadas, nenhuma tem calendarização concreta, nem o montante que vai ser atribuído em específico. (...) No documento, o Governo destaca os investimentos que apoiarão a competitividade da economia nacional, em particular na ferrovia (886 milhões de euros) e nos portos (192 milhões). No capítulo da “coesão social e no reforço do capital humano”, é sublinhado o aumento do investimento na saúde (792 milhões de euros) e na educação (267 milhões). (pág. 5)



[sábado, 14]

- 9. Petróleo. Alentejo pode ter 1500 milhões de barris.** A Eni e a Galp nunca revelaram o potencial da bacia alentejana, mas os estudos do consórcio indicam que a região pode ter recursos equivalentes a 11 a 17 anos de consumo nacional. Primeiro furo, a 46 quilómetros de Aljezur, será feito no final do ano. Mas continua a ser muito

alive

FCM TRAVEL SOLUTIONS

O seu parceiro
em viagens Corporate

contestado. Há petróleo? A resposta é sim. Resta saber se há em quantidade suficientes para ser explorado. A Galp e a Eni acreditam que sim. Estimam que a bacia marítima do Alentejo terá um volume potencialmente recuperável de petróleo entre 1000 milhões e 1500 milhões de barris. Os números nunca foram divulgados pelas duas empresas, mas constam dos estudos do consórcio, que prevê fazer a primeira perfuração ao largo de Aljezur no final deste ano, apurou o Expresso junto de varas fontes ligadas aos processo. (...) A Galp e a Eni dizem ainda que a sua “persistência para concretizar este projeto e a vontade de investir no país demonstram a confiança das companhias no projeto”. Nuno Ribeiro da Silva, presidente da Endesa Portugal e antigo secretário de Estado da Energia, faz uma leitura semelhante. “Se as empresas, com toda a análise técnica que já fizeram, estão dispostas a investir milhões de euros é porque certamente têm uma perceção positiva”, afirma. (págs. 1 e 6, Caderno Economia)

10. Capital de risco. Explorer lança fundo de €125 milhões. Alvo? Empresas exportadoras. Para começar a investir este ano. A sociedade de capital risco Explorer está a lançar um novo fundo, o Explorer IV, com um capital de €125 milhões. A primeira parcela (first close na designação anglo-saxónica) será de €40 milhões e o primeiro investimento deverá ser concretizado ainda este ano. “Este fundo aparece numa altura em que estamos num ciclo muito positivo em Portugal. As perspetivas para os próximos quatro a cinco anos são muito animadoras”, afirma Rodrigo Guimarães, sócio-fundador da Explorer. Elizabeth Rothfield, também ela sócia-fundadora, adianta que o fundo procura “boas empresas, com modelo de exportação” e que, em termos de angariação de investidores, “estamos a falar com os bancos”. “Há bancos que fizeram investimentos de balanço em que os ativos estão nos seus balanços, e há bancos que fizeram os investimentos através dos seus fundos de pensões. O consumo de capital no balanço dos bancos em fundos de capital de risco aumentou bastante nos últimos anos, portanto é menos provável que isso venha a acontecer. Já nas instituições com fundos de pensões, temos esperança que aconteça”, refere Rodrigo Guimarães. O lançamento do Explorer IV surge numa altura de desinvestimento do seu antecessor, o Explorer III. Constituído em 2010, com um capital de €135 milhões, este último fundo terminará o seu prazo no final de 2019, havendo a hipótese de este ser estendido por mais dois anos. Ao todo, foram

o seu evento
O NOSSO STAFF
Promotores e Hospedeiras



investidos €100 milhões em sete empresas. E já houve dois desinvestimentos. A empresa ibérica de bens de grande consumo BrandCare, que em Portugal detém as insígnias Super Pop, Feno de Portugal, Mistolin e Javisol, foi vendida ao grupo italiano Sodalis, no início do ano passado, por €36 milhões. E, mais recentemente, as sociedades Magnum Industrial Partners e a Alantra Private Equity compraram a empresa ROQ, por €150 milhões. (pág. 19, Caderno Economia)

11. **Portugal é lento a baixar dívida para 100% do PIB.** Estado vai demorar 12 anos a sair da maldição da dívida pública acima de 100% do PIB. A média no mundo, desde 1980, foi de 7 anos. Portugal não é um caso isolado na dívida excessiva. Longe disso, nem sequer na Europa. Nas últimas quatro décadas, houve 67 países que viveram pelo menos um ano com dívida pública acima de 100% do Produto Interno Bruto (PIB). E há, neste momento, 15 países nessa situação. Mas será mais lento do que o habitual a escapar da ‘maldição’ da dívida excessiva. A economia portuguesa estreou-se no clube de países com dívida acima de 100% do PIB em 2011, o ano do resgate da troika, e só deverá conseguir sair em 2023 se a atual meta do Governo de reduzir a dívida para perto de 100% do PIB se concretizar em 2022. São 12 anos na lista negra, que ultrapassam claramente a média de sete anos registada nas economias que passaram por idêntica experiência de dívida excessiva, segundo uma análise do Expresso a partir da base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) para quase 200 países desde 1980 e incluindo as projeções até 2022 (ver tabela). Uma saída muito mais lenta do que em dois outros casos de países da zona euro resgatados durante a crise das dívidas soberanas. A Irlanda entrou no mesmo ano que Portugal para uma situação de dívida excessiva, mas saiu três anos depois da lista negra. Chipre entrou em 2013, aquando do resgate, mas deverá sair em 2019, ao fim de seis anos. Mas, em contrapartida, é uma ‘recuperação’ bastante rápida quando comparada com países como Itália ou Bélgica. Roma vive atualmente com quase três décadas de dívida acima de 100% do PIB — em 2022 serão 31 anos e continuará a contar —, enquanto o Estado belga enfrentou o problema entre 1983 e 2003, teve uma recaída em 2011 e só deverá livrar-se do fardo dentro de três anos. (págs. 20 e 21, Caderno Economia)

12. **Opinião. Por Daniel Bessa. “Programa de Estabilidade”.** “O Governo aprovou, quinta-feira passada, o Programa de Estabilidade 2018-2022. Destina-se a ser apresentado à Comissão Europeia, depois de apreciado na Assembleia da República (AR). No passado, a AR aprovava anualmente, sob proposta do Governo, um Orçamento do Estado (para o ano seguinte) e umas Grandes Opções do Plano (GOP, para o quinquénio seguinte). Este instrumento de planeamento caiu em desuso, substituído, hoje, pelo Programa de Estabilidade exigido por Bruxelas — um instrumento mais pobre do que as GOP, menos económico e mais financeiro, centrado nas finanças públicas. As discussões vindas a público evidenciam que a única questão importante reside no défice do Estado para 2018. Em outubro último, quando foi aprovado o Orçamento, o compromisso de défice era de 1,1% do PIB. Terá baixado, agora, para 0,7% — depois de se ter concluído que o défice de 2017 que, em outubro, se previa de 1,4%, acabou por ser 0,9% do PIB (efeito de capitalização da CGD excluído). O Governo tirou partido da boa execução orçamental de 2017 para abrandar o esforço pedido aos portugueses em 2018: pede-lhes, agora, uma redução do défice de 0,2% do PIB (0,9-0,7), quando, em outubro, lhes pedia uma redução de 0,3% do PIB (1,4-1,1). Agarrados a um Orçamento que a realidade já ultrapassou, os partidos que apoiam o Governo querem mais. Querem mais uma reversão, agora no compromisso de redução do défice das contas públicas, fazendo-o aumentar de 0,9% do PIB, em 2017, para 1,1% do PIB, em 2018.” (pág. 1, Caderno Economia)
13. **Opinião. Por Miguel Sousa Tavares. “Enquanto ainda estamos vivos”.** “1 Nos dias que correm, é preciso seguir o mundo hora a hora para saber se a terceira guerra mundial já começou. A avaliar pela despreocupação aparente com que os habitantes de Damasco, ouvidos ontem de manhã pela Sky News, esperavam pelos mísseis “lindos e inteligentes” anunciados por Donald Trump, o mundo não está para acabar. Mas nunca se sabe onde esta escalada de estupidez pode conduzir. Porque sustenta Putin este carniceiro de Assad, se qualquer outro fantoche menos sanguinário e mais aceitável para o Ocidente resolveria o problema e lhe serviria perfeitamente para a ocupação estratégica de uma Síria que Trump lhe deixou livre? Porque o negócio feito entre os dois vai-se tornando cada vez mais claro: Hillary era a candidata anti-Putin e por isso este deu uma ajuda decisiva à campanha de Trump, espalhando milhões de fake news estrategicamente distribuídas via Facebook entre os eleitores

o seu evento
O NOSSO STAFF
Promotores e Hospedeiras



certos. Em troca, Trump deu-lhe mãos livres no Médio Oriente, onde só lhe interessa Israel e o supermercado de armas da Arábia Saudita.” (...) (Primeiro Caderno, pág. 8)



[sábado, 14]

14. **Fidelidade e Fosun aprovam saída de bolsa da Luz Saúde.** A fidelidade e a Fosun, que juntas detêm 98,788% da Luz Saúde, determinaram a saída de bolsa da Luz saúde em assembleia geral. Agora, o pedido para a perda da qualidade de sociedade aberta será direccionado ao regulador do mercado de capitais. (última pág.)